



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA Nº 1/2013

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO 2013

PRESIDENTE DA MESA

Ramiro Manuel Lopes de Matos

SECRETÁRIOS:

1º Secretário – Victor Manuel Dias Coelho

2º Secretário – Manuel Augusto Nabais

FALTARAM:

Maria Fernanda Penela dos Santos N. Vieira

Maria de Fátima da Cruz Basílio Neves

Presidente da Junta de Freguesia de Forcalhos

Presidente da Junta de Freguesia de Penalobo

Presidente da Junta de Freguesia de Vila do Touro

JUSTIFICARAM A FALTA:

António Luís Miranda dos Santos Serra

Roberto Cayuela Vaz Lavrador

Ana Domingues Vilardell Vinolas

Pedro Joaquim Hilário Valente Neves Cardoso

Presidente da Junta de Freguesia de Rebolosa *(representado pelo Secretário José António Paulos Barros)*

Presidente da Junta de Freguesia de vale de Espinho *(representado pela Tesoureira Natália F. Paulo)*

HORA DE ABERTURA:

Vinte horas e quinze minutos.

LOCAL:

Museu Auditório Municipal



❖ Às vinte horas e quinze minutos, dado haver quórum, o **Presidente da Assembleia**, tendo cumprimentado os membros da Assembleia, o Executivo Municipal, o Pessoal de Apoio e o público presente, declarou *aberta a sessão*. -----

Antes de se iniciar os trabalhos do período do Antes da Ordem do Dia, o **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para:-----

- Informar que, no âmbito da reestruturação dos serviços municipais, o pessoal de apoio da Assembleia Municipal tinha sido alterado, sendo agora composto pelo Dr.º Jaime, Isabel e Etelvina. Assim, e não querendo deixar passar este momento para, em nome da Assembleia Municipal deixar um público louvor à D. Teresa Marques que, *“a partir de hoje deixará de prestar apoio a este órgão.”* Assim, propôs que ficasse registado o louvor público, atendendo à forma competente, dedicada e sempre disponível com que, ao longo destes últimos dois anos e meio, tinha prestado apoio nesta assembleia municipal. De seguida, colocou a proposta a votação, tendo sido **aprovada**, por unanimidade. -----
- Tendo em atenção que *“é tradição que as assembleias municipais se realizem na última sexta-feira do mês, a próxima assembleia realizar-se-ia no dia 26 de abril. Contudo, atendendo a que o dia 25-04-2013 é feriado e que apenas 50% dos trabalhadores estão a trabalhar nesse dia, em virtude de 50% dos funcionários ter tirado o dia de carnaval, logo os outros 50% tiram o dia 26-04-2013, propunha que a próxima assembleia municipal se realizasse no dia 19-04-2013”*. Posta a proposta à votação, foi a mesma **aprovada**, por unanimidade. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28/12/2012

Tomando a palavra o **Presidente da Assembleia** disse que a ata tinha sido enviada a todos os membros da assembleia pelo que, depois de feitas as alterações e/ou correções julgadas necessárias, a poria à votação. Feitas as correções, o **Presidente da Assembleia** pôs a ata à votação tendo sido **aprovada**, por unanimidade.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Bismula** para depois de cumprimentar os presentes, falar sobre a celeridade no envio dos documentos, alegando que os carteiros demoravam muito tempo a proceder à sua entrega, pedindo assim o seu envio com pelo menos 8 dias de antecedência. Em resposta, o **Presidente da Assembleia** disse que os documentos tinham sido enviados com os 8 dias de antecedência obrigatórios por lei. -----

Relativamente a este assunto pediu a palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Cerdeira** para dizer que uma carta registada demorava muito mais tempo porque, no ato da sua entrega, se não

estivesse ninguém naquela morada, o carteiro obrigatoriamente tinha de emitir um aviso, após o qual dispunham do prazo de 6 dias úteis para proceder ao levantamento da respetiva correspondência no balcão dos CTT. -----

PONTO 2 - EXPEDIENTE

O **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao 1º Secretário, que depois de cumprimentar os presentes, deu conhecimento do seguinte expediente: -----

- Ofício da Câmara Municipal do Sabugal referente à reunião do **Conselho Municipal de Educação** realizada no dia 29/01/2013; -----
- Ofício do Município de Seia a enviar **Moção em defesa da Agência Lusa**; -----
- Carta de Roberto Cayuela Vaz Lavrador a solicitar a **suspensão do mandato** pelo prazo de 8 dias; -
- Panfleto referente ao **Seminário** a realizar no Auditório Municipal de Mirandela, no dia 06/04/20013, sobre o tema: “Assembleias Municipais como Escolas de Cidadania”.-----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS

De seguida, o **Presidente da Assembleia** deu início à discussão dos assuntos relativos ao ponto do *Antes da Ordem do Dia*, tendo começado pela leitura da Moção apresentada pelo Grupo da CDU (João Carlos Taborda Manata e João Manuel Aristides Duarte), que se transcreve: -----

“Em defesa dos micro, pequenos e médios empresários. -----

O tecido económico do concelho, em particular do Soito e do Sabugal, mas também de outras freguesias do concelho, é caracterizado por uma forte densidade de estabelecimentos do comércio tradicional, de restauração e hotelaria, de pequenas indústrias, do ramo automóvel, de serviços (farmácias, cabeleireiros, gabinetes de contabilidade e projetos, clínicas, ginásios, etc...), entre outros. -----

Todos estes setores estão a passar por uma fase muito difícil resultante do cada vez mais reduzido poder de compra das populações, do agravamento da carga fiscal, nomeadamente o IVA da restauração a 23%, da nova Lei do Arrendamento Comercial, permitindo aumentos inaceitáveis de rendas e facilidades de despejo. -----

As linhas de crédito anunciadas estão longe de permitir o acesso dos micro e pequenos empresários ao crédito. A Justiça contínua onerosa e demorada. O há muito reclamado Apoio Social em caso de



A

insolvência ou encerramento forçado, contemplado no Orçamento de Estado para 2013, veio acompanhado do aumento da TSU de 29,60 para 43,75% e possível utilização a partir de 2015! ----- Apesar das principais medidas passarem por políticas nacionais, o Município, no exercício das suas competências, pode dar um contributo para a defesa e dinamização das micro, pequenas e médias empresas. -----

Nomeadamente em termos da derrama, das taxas e tarifas, da percentagem do IMI a cobrar, dos horários do comércio, da mobilidade e dos transportes urbanos, da segurança contra incêndios, assaltos ou meros acessos aos estabelecimentos comerciais e industriais, da animação das zonas comerciais de cada núcleo urbano, da iluminação de Natal, da limpeza urbana, do embelezamento dos espaços, da redução das taxas dos reclames, toldos, explanadas e outra ocupação da via pública, bem como de todos os regulamentos relativos às atividades industriais e comerciais, a par da questão central, do pagamento atempado de serviços e bens adquiridos às pequenas empresas. -----

Assim a Assembleia Municipal do Sabugal, reunida a 22 de fevereiro de 2013, decide: -----

1. *Reclamar do Governo medidas urgentes: na Fiscalidade, nomeadamente reduzindo o IVA da restauração, no crédito e no apoio ao investimento com programas adequados do QREN, em especial para o Comércio; e na Justiça, não a afastando mais dos cidadãos e empresas, na alteração da legislação do Arrendamento, que deve assegurar a estabilidade negocial, e do Apoio Social, com a entrada em vigor logo que os empresários tenham carreira contribuinte suficiente. ---*

2. *Recomendar ao Executivo Municipal: -----*

a) *Que analise a possibilidade de isentar ou reduzir temporariamente algumas taxas (reclames/toldos/utilização da via pública), ou mesmo impostos (IMI/Derrama), e simplifique o respetivo processo de licenciamento, a estabelecimentos dos setores da pequena indústria, do comércio tradicional, da restauração e dos serviços; -----*

b) *Que promova a criação de um Conselho Municipal para as Atividades Económicas, que junte representantes das associações empresariais e sindicais do sector, com o objetivo de contribuir para um melhor conhecimento da realidade de cada setor, para definição de estratégias de desenvolvimento e apoio às decisões a assumir pelo Município.” -----*

Face a esta Moção, foi aberto um período de inscrições para intervenções. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse: “São sempre bem vindas todas as intervenções que sejam na procura de uma coisa tão ansiosa para o concelho, que é de pessoas. A CDU apresentou uma Moção, como poderia ter sido qualquer outro partido. Eu vejo com bons olhos esses movimentos e tudo farei para que efetivamente



esta Moção seja aprovada e se consiga de facto dar vida às pequenas e médias empresas, tão amordaçadas como têm sido”. -----

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** pôs o documento à votação, tendo sido **aprovado**, por unanimidade. -----

De seguida, e não tendo sido apresentadas mais moções, o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir no período do Antes da Ordem do Dia. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

Presidente da Junta de Freguesia de Cerdeira que, depois de cumprimentar os presentes, disse que as convocatórias deveriam ser feitas com mais antecedência, para se cumprirem os prazos. Independentemente disso, queria alertar para o seguinte: *“a lei também diz que, todo o cidadão português, sempre que houver alterações de moradas, tem o prazo de 30 dias para informar os seus remetentes da sua nova morada, porque se as pessoas não as atualizam é normal que não as recebam atempadamente.”*-----

José Ilídio Clemente que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que há aproximadamente 10 anos tinha vindo, propositadamente de Lisboa, para a inauguração do RaiHotel que hoje, com grande mágoa, via encerrado, sendo uma grande perda para o nosso concelho. Transmitiu, assim, a seguinte mensagem *“quero que saibas, meu amigo Manuel Joaquim, que comungo da tua tristeza e que estou contigo.”* -----

Continuando, disse *“Em janeiro é comum o povo cantar as Janeiras.-----
Para o fazer já vamos tarde, já passou a altura certa. Mas como não houve ainda a oportunidade, sugiro que cantemos os reis.-----
Não será o cântico dirigido aos Magos de Belém. -----
Desta feita, é aos mágicos que, por artes de berliques e berloques, nos vão engodando a ceder mais e mais aos seus pretextos e caprichos cujos horizontes nem os próprios conhecem. E, com esses engodos tal como peixe guloso nos arrastam ao supremo sacrifício onde por uma côdea nos tiram a existência.*-----

Gostava de ter habilidade de ler as cores do pensamento destes malabaristas que com truques de ilusionismo nos vigarizam pensando que nos enganam. -----

Têm demonstrado total inépcia para lidar com o povo, tais são os atropelos, vãs propostas, tímidos avanços e laivos recuos, mais parecidos com gatos escaldados a quem se ameaçam com um balde de água fria. -----





E dizem-se gestores e, técnicos superiores capazes de levar Portugal aos mercados internacionais. Até agora ainda não viram que os mesmos mercados nos estão a beber o sangue. Quando o sangue acabar onde está a força vital deste povo? -----

Acordem portugueses que precisamos de gente séria para nos governar. Não precisamos de embusteiros que, a propósito das suas habilitações académicas ou não, têm revelado um alheamento total da realidade do país, bem como uma insensibilidade total à amargura a que nos condenaram. --- Se o exterior precisar de nós estamos prontos a ajudar. Mas, não estamos disponíveis para ser os seus capachos. -----

Estes servem para limpar os pés. Nós não nos envergonhamos se os pés estiverem sujos, fruto do nosso trabalho. -----

Somos a força e a razão de existir desta nação. -----

No passado, anos sessenta e setenta fomos de longe o país que maior percentagem teve no mundo em função da exportação de mão-de-obra. Hoje, assiste-se à diáspora de cérebros e de jovens. -----

*Que resta então? Velhos, crianças e aldeias e vilas vazias. -----
Ou seja, gente a precisar de cuidados de saúde; gente a precisar de educação e gente sem dinheiro para tanto imposto. -----
Logo, havia que tomar medidas a sério, para inverter o processo de desertificação. E, a que assistimos? -----*

A uma impenetrável e impensável estratégia de venda das roupagens económicas que criaram o bem-estar financeiro de todos nós. Refiro-me às grandes empresas e à fuga fiscal dos grandes que, assim, torneando as finanças nacionais deixam as contribuições fiscais em terra alheia. -----

Onde está o seu sentido patriótico? Ou, apenas o devem ter aqueles que, pela sua condição, não podem fugir, não têm como?-----

Cristo um dia foi ao templo e expulsou os vendilhões a chicote porque estavam a ofender a Deus com o seu comércio fortemente lucrativo e sem escrúpulos. -----

Não devemos esquecer que, o dinheiro e o seu proveito, obra do Homem, não pode nem deve servir para que ninguém escravize o seu semelhante. -----

Todos os homens de bem, dizem que há solução. Compete-nos descobri-la e pô-la em prática, quer seja pela palavra quer seja pela ação. -----





Porque a mais não consigo, a menos que me calem a boca, jamais deixarei de proclamar o quão injusta e atroz tem sido a política de alguns, que consegue transformar os enjeitados da vida, primeiro em mártires e muitas vezes em santos. -----

Acautelai-vos senhores governantes, a justiça está para chegar.” -----

Joaquim Brázia que, tomou a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse, em primeiro lugar, que comungava da tristeza que ia na alma de Manuel Joaquim. -----

Não podemos deixar passar esta ocasião para refletirmos naquilo que está a acontecer no concelho. Sei que não é só neste concelho mas, nós queixamo-nos dos problemas que o concelho do Sabugal atravessa. -----

Pelo Grupo político da CDU foi apresentada uma Moção que também tinha votado a favor, “*mas porque é que pediam tudo ao estado? Não sei se sabem mas, o concelho do Sabugal é um concelho que, ao longo destes anos, tem sido o número 1 em termos de poupanças geradas, ou seja, em termos de depósitos a prazo no país.*” Assim, perguntou: “*porque é que não havemos de aproveitar estas poupanças para arranjarmos algo que se aproveite para gerir investimentos, para não deixar fugir investimentos, para inclusivamente atrair investimentos ao concelho do Sabugal. Acho que deveríamos fazer mais nós por nós próprios.* -----

Já agora gostaria de levantar um problema que se prende com o seguinte: “*As Estradas de Portugal têm feito, ao longo destes 2/3 anos, com que os poucos comércio, que existem ao longo da estrada, estejam em péssimas condições. Se sairmos do Sabugal em direção a Vilar Formoso, na descida, onde está instalado o Restaurante “O Templo”, houve uma altura em que a sua publicidade estava tapada por um plástico. Dando continuidade à estrada, por exemplo, na Nave, o café do senhor José Lages tapou completamente a sua publicidade porque as Estradas de Portugal lembraram-se de angariar dinheiro, com a invenção de uma legislação que consiste em que tudo o que estiver à beira das estradas e que considerem ser publicidade têm que pagar, e não é nada barato.* -----

Referiu ainda que tinha sido alertado pelo proprietário do Restaurante Flor da Raia, que tinha um largo bastante grande, que as Estradas de Portugal lhe tinham feito a “vida negra”. -----

“*Gostava que a Câmara também contribuísse e colaborasse, em conjunto com todos os empresários que, na realidade, têm queixas das Estradas de Portugal, para em colaboração com eles e aproveitando o Jurista que a Câmara tem, para que não fossem tão rigorosos ou demasiado rigorosos, de forma a que não confundissem tanto o que são informações e até publicidades dos empresários que têm os seus estabelecimentos ao longo da estrada.* -----





Nuno Teixeira que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes disse: *“fui no sábado passado visitar as Termas do Cró e fiquei bastante desiludido porque não sabia que estavam fechadas durante o fim-de-semana, período em que mais pessoas teriam oportunidade de fazer tratamentos ou até de visitar o local e ser bem recebido, como de certo, seriam.”*-----

Mas, a sua questão prendia-se com o Hotel pois, passados 3 meses desde o lançamento da primeira pedra do Hotel do Cró, verificara que nada mais tinha sido feito. Não havia movimentação absolutamente nenhuma que indiciasse que ali se iria iniciar uma obra, a não ser os cartazes que estavam pendurados na vedação. -----

Seguidamente, colocou as seguintes questões: -----

1. *“O lançamento da primeira pedra foi apenas um ato de publicidade para dar imagem e empenho do trabalho do senhor Presidente? -----*
2. *Quais são os motivos que justificam o não começo da obra, se é que o senhor Presidente já nos pode dizer a data de início dessa mesma obra e se a câmara já tem todos os pareceres necessários?*
3. *O que é que o senhor Presidente nos tem a dizer relativamente a duas afirmações que foram efetuadas por duas pessoas ligadas ao concelho, uma das quais, o senhor Manuel Joaquim, a quem deixo também a minha solidariedade, porque de certeza que não encerrou o hotel de livre e espontânea vontade. Aliás eu resido no prédio onde funcionava o Hotel e, é para mim muito triste, ver que, a partir do final do período letivo, ou seja, das dezassete horas e trinta minutos, aquele largo fica completamente deserto e à noite, não se vê por ali ninguém. As duas afirmações a que me refiro são públicas: uma delas diz que “o Sabugal está a apagar-se lentamente”. São palavras do Dr. Pinto Monteiro, Ex-Procurador Geral da República e, a outra afirmação é exatamente do senhor Manuel Joaquim Rito que, segundo afirmações do próprio, com as quais eu concordo e subscrevo inteiramente, considera que a Câmara do Sabugal devia dar mais atenção aos empresários do concelho.-----*
4. *O último assunto, e porque me foi colocado há dias, tem a ver com uma cisterna de gás que está a ser colocada junto ao Parque de Estacionamento da Câmara, o qual está a gerar alguma controvérsia entre os habitantes da zona, nomeadamente por alguém que tem uma habitação contígua ao Parque de Estacionamento. Sei que foi colocada a questão na Câmara mas, inclusive a receção e a aceitação da questão colocada, não foi a melhor. Gostava de saber se tinham sido ponderados vários assuntos como, por exemplo, o facto de este reservatório de gás estar a ser colocado numa zona histórica. Se estão a salvaguardar isso?-----*



Não tendo havido mais intervenções e antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões que tinham sido colocadas, disse que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, não se queria referir publicamente à questão do RaiHotel e do senhor Manuel Joaquim porque, no seu entender, seria mais correto falar pessoalmente. O senhor Manuel Joaquim poderia contar com a solidariedade de toda a Assembleia Municipal, como se tinha verificado pelas intervenções já efetuadas, e certamente contaria com a sua solidariedade e apoio pessoal. Enquanto Presidente da Assembleia Municipal, fez votos para que encontrasse as forças e as condições que permitissem que o RaiHotel reabrisse, permitindo que o Sabugal fosse um local cada vez mais atrativo para quem o visitar. -----

De seguida, deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que nas intervenções não tinham sido colocadas muitas questões relativamente ao trabalho camarário, contudo tinham sido levantadas questões importantes relacionadas com as empresas e com fixação de gente e isso era de louvar.-----

“As questões colocadas têm essencialmente a ver com uma atitude nova de considerar que a atividade privada, os investimentos, as empresas, são essas que criam postos de trabalho, são essas que criam riquezas e fixam pessoas. As Entidades Públicas, quer o Poder Central quer os Municípios, estarão sempre para colaborar, incentivar e desenvolver este trabalho. Corroboro também com a Moção, embora não tenha sido chamado para intervir. -----

É evidente que anoto e vou prestar atenção a algumas das taxas referidas na Moção apresentada, podendo ser uma forma de incentivar, à margem de algum regulamento. -----

Já que se está a falar de situações que vão penalizar as nossas gentes, recordo também, embora não tenha sido levantadas a questão, a própria avaliação dos prédios urbanos, do IMI, da forma como foi feita, muitas vezes com fotografia aérea. Os munícipes vão sentir na carteira esse triplicar ou quadruplicar de imposto. Acho que passou um bocado ao lado essa questão mas, eu também a friso porque acho que foi e vai ser penalizadora para a nossa população.-----

*Relativamente à intervenção de **Hídio Clemente**, não foi feita nenhuma questão mas sim um lamento relativamente ao encerramento, espero que temporário do RaiHotel. Também tive oportunidade de falar com o senhor Manuel Joaquim e estou disponível para o ajudar na procura de respostas para que essa unidade reabra porque é importantíssima para o concelho do Sabugal. Diria até que é imprescindível para o desenvolvimento das atividades culturais, desportivas e recreativas que a Câmara Municipal promove e que podem condicionar muita da nossa dinâmica nessa área. Continuo atento, persistente, mas também compreendo os motivos que o levaram ao encerramento.-----*



Quanto à questão levantada por Joaquim Brázia, todos sabemos que, neste momento, as empresas, quer as pequenas, médias ou grandes empresas, têm dificuldades de aceder à banca. Os fundos de investimento são uma forma local de facilitar e agilizar o acesso a alguns projetos de alguns investidores que se aproximem do concelho. É uma situação que tem de ser desenvolvida, no âmbito de um ambiente empreendedor, de forma a que possamos integrar essa medida com outras. Lembro, a propósito deste assunto, que temos na fase final de adjudicação um Plano Estratégico para o Concelho que poderá também planear essa vertente do apoio às empresas do empreendedorismo. Existem alguns mecanismos que a Câmara tem utilizado, nomeadamente os Parques Industriais (Zona Industrial do Sabugal e a Zona de Localização Empresarial do Alto do Espinhal, o Centro de Negócios Transfronteiriço do Soito) entre outras unidades isoladas, que também são apoiadas pela Câmara Municipal. Recentemente, foi aprovado um Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais de interesse municipal e esse regulamento, acompanhado por uma comissão a que chamamos Sabugal Invest, poderá fazer o enquadramento de pretensões e de agentes económicos que apresentem projetos válidos em áreas que estão perfeitamente definidas no Regulamento. -----

Diria que a medida tomada pelas Estradas de Portugal é bastante penalizadora e foi uma forma de arranjar dinheiro fácil. Já tive oportunidade de abordar esta questão a nível regional mas vou aprofundar a questão e tentar dar mais informação. -----

Quanto à questão do Hotel do Cró levantada por Nuno Teixeira, tenho procurado investimento para o concelho persistentemente. Este investidor, disponível para a exploração termal e para a concessão do Hotel, levou muito tempo a conseguir. Portanto, neste momento, o projeto está aprovado no Turismo Portugal, estando a aguardar a assinatura do contrato de financiamento. Tem uma licença parcial da Câmara Municipal para as infraestruturas. Tinha-me sido informado que esta semana começavam os trabalhos. Não tendo sido esta semana, espero que seja na próxima. Quanto ao facto de estar fechado, já no ano passado, nesta altura, estava fechado. Não podemos exigir a empresários, a quem está a gerir, mais do que aquilo que eles podem fazer. Temos de ter a noção que o concessionário está, neste primeiro ano, a fazer uma avaliação. Claro que, após a construção do Hotel, sentirá a necessidade de ter a envolvimento das termas permanentemente.”-----

Quanto à Cisterna do Gás, disse que confiava plenamente que os técnicos municipais, ao colocarem o depósito de gás numa zona habitacional, estejam munidos de todos os pareceres necessários. Acrescentou, que havia mais depósitos de gás colocados em imediações, nomeadamente junto à Escola EB1 do Sabugal. Apenas lamentava que a munícipe não tivesse sido bem recebida e bem informada, porque o deveria ter sido.-----

ORDEM DO DIA



PONTO 1 – PROPOSTA DA CÂMARA PARA NOMEAÇÃO DO JÚRI DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DE UM CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA ---

O **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** para que apresentasse este ponto. Assim, o **Presidente da Câmara** disse que havia um conjunto de deliberações que vinham à assembleia e que resultavam de legislação. A Câmara Municipal tinha sido objeto de uma recente reestruturação e organização de serviços, cuja publicação foi feita em Diário da República do dia 31/12/2012, a qual prevê a ocupação de 4 dirigentes intermédios de 2º grau. Três dirigentes já estavam reconduzidos, pelo que era proposto a criação de um júri para acompanhamento da ocupação dessa quarta divisão. O júri proposto constava do documento que tinha sido previamente distribuído. -----

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum membro da assembleia se pretendia inscrever para intervir. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a:-----

Nuno Teixeira tomou a palavra para dizer: *“antes de votarmos estes pontos, precisamos aqui de alguns esclarecimentos. Da leitura da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente de Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do estado, concluímos que a Câmara Municipal do Sabugal só poderia ter os 3 chefes de divisão. O senhor Presidente já disse que tinham mais um aprovado.* -----

A ação social é um setor importantíssimo nestes tempos de crise. Nisso estamos todos de acordo. Também estamos todos de acordo que o dinheiro é escasso e tem faltado para muitas situações cruciais e constantemente se tem usado esse argumento.-----
A nossa questão é se a canalização do dinheiro que irá para pagar uma chefia deste setor, não devia ser preferencialmente canalizado para a população mais necessitada.-----

Senhor Presidente, fizemos as contas aproximadas. Estamos a falar aqui de um aumento de custo com esta chefia, na ordem dos 1.500,00€/mês, mais o subsídio que dará um total de 20.000,00€. Estamos a falar de um vencimento de 2.613,84€, mais 194,82€ de despesas de representação, mais 217,82€ de duodécimos mensais, o que dá um ordenado mensal de 3.026,48€. Em junho, temos ainda aqui um duodécimo de 2.831,86€ (que, muito sinceramente, ainda não consegui perceber que duodécimo é este, uma vez que, a mim, me foi cortado o subsídio de férias) o que dá um ordenado, em junho, de (3.026,48€ mais 2.831,86€) 5.640,52€. Isto segundo os documentos que me chegaram à mão.-----

Gostaria de referir que este valor chega para matar a fome a muita gente do nosso concelho ou ajudar a pagar a renda de famílias que, de outra forma, terão que acabar na rua, como já se começa a perceber. -----





Gostaria também de saber quantas pessoas é que estão efetivamente ligadas à ação social porque, por aquilo que pesquisei, dá-me a sensação que não se justifica uma chefia para duas pessoas que estão na ação social. Portanto, são quatro trabalhadores que estão na Biblioteca, uma trabalhadora que tem as associações e apenas duas com ação social.-----

O meu sentido de voto pessoal não é de forma alguma contra a trabalhadora em particular mas, por uma questão de ética pessoal e também por sentir na pele os cortes que o governo está a fazer. Não consigo aceitar esta situação porque nós estamos numa situação de crise, em que há pessoas a viver situações bastante preocupantes.-----

Na câmara, quantos funcionários é que estão aptos para se candidatar a este lugar?"-----

Concluindo e uma vez que estavam em causa nomes de pessoas, propunha ao senhor Presidente da Assembleia que colocasse à discussão da assembleia a possibilidade destes dois pontos serem votados por escrutínio secreto. Relativamente à proposta apresentada, o **Presidente da Assembleia** disse que, de acordo com o Regimento em vigor, não era obrigatória a votação por escrutínio secreto. Contudo, qualquer membro da Assembleia tinha o direito de propor à Mesa da Assembleia que a votação fosse realizada por escrutínio secreto ou por voto nominal, pelo que, antes de continuarem com as intervenções deste ponto, abriria um período de intervenções para discussão da forma de votação. Assim e na sequência de inscrição foi dada a palavra a:-----

Joaquim Carreto que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que este ponto lhe parecia muito sensível pois, a câmara, ao mexer no quadro de pessoal, nomear uma pessoa logo à partida, não estava correto. Mas, uma vez que mexe com pessoas, é condicionar a votação se a mesma for feita por “braço no ar”.-----

Finda a intervenção, o **Presidente da Assembleia** esclareceu que o que estava em discussão, para colocar à votação, era apenas a constituição de um júri que iria acompanhar um concurso, bem como a autorização ou não do pagamento de despesas de representação.-----

Roberto Meleira que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse “independentemente de tudo, a mim foi-me enviado um documento que diz que alguém é nomeado e esse nome é-me apresentado. Segundo um parecer de 15/03/2010 da CCDRC referente às situações em que a votação deve ser efetuada por escrutínio secreto, diz: “eleições, referendos locais, votações de moções de censura, aprovação de plano e orçamentos que envolvam apreciação de comportamentos de qualquer pessoa”. Em resposta, o **Presidente da Assembleia** disse que não iriam eleger nenhuma pessoa mas sim, nomes de um júri e, da interpretação que a Mesa fazia do regimento, não era obrigatória essa forma de votação.-----





Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a forma de votação para os pontos 1 e 2 pela seguinte ordem: -----

Por escrutínio secreto, que foi **rejeitada**, por maioria, com 24 votos a favor. -----

Por braço no ar, que foi **aprovada**, por maioria, com 28 votos a favor. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que “*este ano, como sabem, o governo está a entregar 1/10 mês (subsídio de férias e de natal) que depois vai buscá-lo no IRS. O facto de estar aí subsídio de natal e subsídio de férias, isso é tudo retirado. O que está em causa é um vencimento no valor de 2.613,00€ ilíquidos.* -----

Temos aqui a votação hoje, à semelhança dos outros três chefes de divisão que já aqui foram votados, o pagamento de despesas de representação. -----

Já agora dizer que o cargo de chefe de divisão é mais do que ter a cargo 10 ou 15 funcionários, porque um Chefe de Divisão tem de fazer coordenação daqueles que têm um nível inferior mais a coordenação desses com o executivo e com os outros colegas. Qualquer Chefe de divisão, nesta Câmara Municipal, trabalha com 166 funcionários da Câmara.-----

João Duarte que tomou a palavra e, depois de cumprimentar os presentes, disse que continuava sem perceber o motivo pelo qual, na informação que tinha sido enviada, constava o valor do subsídio de férias porque o subsídio de natal, de facto, era distribuído em duodécimos mas, o subsídio de férias, não. Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que o vencimento que estava em causa era o valor de 2613,84€ e em despesas de representação o valor de 194,82€. -----

Terminado o período de intervenções, o **Presidente da Assembleia** pôs a votação o: -----

Ponto 1 - Nomeação do Júri de procedimento concursal para recrutamento de um Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social e Qualidade de Vida, tendo sido **aprovado**, por maioria, com 27 votos a favor, 14 abstenções e 3 votos contra. Foram feitas as seguintes **declarações de voto**: -----

Cecília Barros que disse: “*Se, como deputada municipal, não tenho competência para eleger, e eu acho que fui eleita não para alinhar, mas para opinar. Acho que aquilo que o nosso concelho, precisa não é de coordenadores, nem de chefes mas sim, de funcionários, no pleno sentido da palavra, funcionários competentes. Por isso é que eu me abstive nesta votação*”. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Lagoosa da Raia “*Eu quero dizer que votei contra não pelos elementos do júri em si que eu não conheço, mas pela medida em si. Isto porque esta medida me* -----





aparece um contra senso, porque temos uma austeridade tremenda no país, em que há uma redução drástica de despesa com o número de chefias em toda a administração pública que se quer extensiva à administração local. Há ameaças de despedimento de funcionários públicos, há um corte drástico nos vencimentos e eu, sinceramente, não percebo e não vem aqui explicado que tenha havido ou que se perspetive que venha a haver um acontecimento extraordinário no concelho que justifique o ser criado um lugar de chefia, como agora se está aqui a pretender fazer. O meu voto é contra a medida em si que eu não compreendo e não quanto aos elementos do júri que não conheço.” -----

António Gata que disse *“pode parecer estranho que eu me tenha abtido nas votações anteriores mas, isto aconteceu porque, como faço sempre, li com atenção o documento que me foi entregue e não havia aqui dívida nenhuma, nem ninguém as teria, porque se as pessoas tivessem lido o documento evitava-se toda desta discussão.” -----*

Ponto 2 – AUTORIZAÇÃO DO PAGAMENTO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO CHEFE DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA. -----

Antes de se passar à votação o **Presidente da Câmara** tomou a palavra para dizer que às vezes falava de menos por, pensar que as pessoas se recordavam do passado. Tendo informado que *“isto aconteceu porque houve uma lei que saiu em agosto do ano transato. Nós tínhamos, até 31 de dezembro de 2012, 6 chefes de divisão e 5 chefes de serviço e, neste momento, temos 4 chefes de divisão e 1 chefe de serviço. Atualmente, a Câmara tem 4 chefes de divisão e 1 chefe de serviço, pelo que houve uma diminuição efetiva dos cargos de chefia.” -----*

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** colocou o ponto 2 à votação que foi, aprovado, por **maioria**, com 7 votos contra, 14 abstenções e 23 votos a favor. Foram feitas as seguintes **declarações de voto:** -----

João Manata que disse *“votámos a favor por uma questão de equidade, que não poderia ser de outra maneira. Se os outros chefes de divisão têm essas despesas de representação, porque é que esta não haveria de ter. Seria absurdo na nossa maneira de pensar outro sentido de voto.” -----*

António Gata que disse *“se votei a favor para os outros Chefes de Divisão, teria de votar também agora. Não poderia ser de outra maneira.” -----*

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de Santo António que disse *“Eu abtive-me porque acho engraçado como é se pode dizer que uns têm direito os outros também quando não se conhece o trabalho das pessoas. Se uns trabalham mais ou menos que outros, porque é que tem que ser tudo igual? Porque é que na administração pública o bom funcionário e o mau funcionário têm de ganhar o mesmo? É ridículo. Por isso é que nós temos a administração pública que temos. Na empresa onde trabalho estão duas pessoas a fazer a mesma coisa. Um faz melhor, outro faz pior. O que faz melhor ganha mais, isso é óbvio. Não tem lógica o que aqui se disse até agora. Eu abtive-me porque não*



conheço o trabalho da pessoa que vai representar. Não tem lógica na administração pública haver tabelas para tudo, menos para o trabalho que é preciso fazer.” -----

PONTO 3: DELIBERAÇÕES SOBRE SETOR EMPRESARIAL LOCAL - EMPRESA MUNICIPAL SABUGAL+ ---

Retomando a palavra, o **Presidente da Assembleia** começou por dizer que, relativamente a este ponto, os documentos não tinham sido distribuídos atempadamente porque resultavam da votação de uma reunião extraordinária de câmara que se tinha realizado durante o dia hoje. Tinham sido entregues os documentos dos assuntos que iriam ser discutidos nesta reunião extraordinária aos representantes dos Grupos Políticos. Assim, solicitou ao Presidente da Câmara que apresentasse as propostas à Assembleia Municipal e depois abriria um período de intervenções, no sentido de aferir se a Assembleia se considerava suficientemente elucidada para que pudesse votar os assuntos que não tinham sido distribuídos com a devida antecedência. -----

Pedi a palavra para intervir **António Gata** para perguntar como é que tinha sido colocado, na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal, um ponto desta importância quando não existia garantia de que os membros da Assembleia pudessem ter a documentação que lhes permitisse discutir e votar o assunto. Pela sua parte disse que não iria discutir o assunto por não saber do que se tratava. Em resposta, o **Presidente da Assembleia** disse que não era a primeira vez que se agendavam assuntos que estavam dependentes de resultados de reuniões de câmara que se realizavam na própria semana e até no próprio dia da Assembleia, motivo pelo qual tinha colocado à consideração a aceitação da discussão deste ponto. -----

De seguida, passou a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse “*a Câmara Municipal teve hoje uma reunião extraordinária que tinha como ponto único a questão da Empresa Municipal Sabugal+. Começo por vos dizer que em 31/08/2012, tinha sido publicada a Lei n.º 50/2012 que aprovou o Regime jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e essa legislação pressupõe um conjunto de situações a avaliar para, de certa forma, haver um controle sobre as empresas participadas pelos municípios e para regular com legislação nova a questão das Empresas Municipais.* -----

Um dos grandes problemas que, ao longo deste mandato, tenho tido, tem sido com o funcionamento da Empresa Municipal Sabugal+. Com a entrada em vigor desta legislação, se o fizéssemos de uma forma precipitada, o executivo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 62º da mesma lei, dissolveria de imediato a empresa. Mas esperávamos que esta lei pudesse abrir um processo de adequação de estatutos de alteração à estrutura da empresa, através da refundação da Sabugal+, e conseguíssemos manter a empresa. É importante manter a empresa por duas razões:-----

1. *Pelos serviços que presta, não apenas serviços básicos de abertura de equipamentos, mas também a dinamização desses equipamentos com o acompanhamento de algumas das equipas de futsal,*





basquetebol, natação, btt, andebol. Portanto, algumas equipas que a Empresa Municipal tem na dinamização desses equipamentos;-----

2. Arranjar forma para que a estrutura dos funcionários se possa manter, porque esta lei estabelece algumas regras limitativas, agravadas com orçamento de Estado 2013, que não salvaguardou a questão dos funcionários e que fizeram com que a Presidência da Câmara apresentasse ao executivo camarário uma estratégia. Fizemos a contratualização de uma empresa de consultadoria externa que nos preparou estes documentos que estão aqui e que vão no sentido de, numa primeira fase, tentar refundar a Empresa Municipal, adaptá-la com novos estatutos, manter o Revisor Oficial de Contas e celebrar um Contrato-Programa. Estamos perante um conjunto de situações que permitiriam numa primeira fase manter a empresa, até porque há um parecer da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses - a solicitar a inconstitucionalidade de um dos artigos da lei e que remeteu para a Procuradoria-Geral da República, o qual também remeteu para o Tribunal Constitucional.-----

Estão em tramitação um conjunto de situações que permitem que se avance por este caminho que agora vos é proposto, que consiste nos seguintes pontos: -----

- a) Aprovar a adequação dos Estatutos à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;-----
- b) Manutenção do atual Fiscal Único da Empresa Municipal;-----
- c) Deliberar pela não dissolução da Sabugal+, mantendo assim a sua atividade;-----
- d) Comunicar a referida deliberação à DGAL e à Inspeção Geral de Finanças.-----

Justificamos a não aplicação da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, argumentando com os pareceres de que dispomos, mas vamos também comunicar esse facto às entidades que supervisionam a nossa atividade. -----

O passo seguinte será a elaboração de um estudo de viabilidade-económica da empresa para apresentar ao Tribunal de Contas. Esse estudo deverá ser feito com os tarifários diferenciados para os munícipes, adequando mais os tarifários à realidade e aos custos da empresa. Se, mesmo assim, não conseguirmos manter a Empresa Municipal, manter os serviços e os postos de trabalho, porque chegámos à conclusão que a viabilidade económica não funciona, evidentemente que a teremos de dissolver e partir para uma outra solução possível, nomeadamente a internalização ou a fusão. -----

Retomando a palavra e finda a apresentação do Presidente da Câmara, o **Presidente da Assembleia** colocou à consideração da Assembleia se estavam reunidas as condições para que este ponto pudesse ser devidamente discutido e votado. Assim, e na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----





Nuno Teixeira que disse “*para votar em plena consciência num assunto que envolve trabalhadores e serviços prestados à população, achamos que não estão reunidas as devidas condições nem serenidade.* -----

Solicitamos, pois ao senhor Presidente da Assembleia, a possibilidade de marcar uma assembleia extraordinária, na próxima semana, com um ponto único, ou seja, “Deliberações sobre o Setor Empresarial Local – Empresa Sabugal+” e, sendo a convocatória feita já hoje nesta assembleia, ficavam desde já os elementos desta Assembleia convocados. A nossa proposta seria para a assembleia se realizar no próximo dia 27/02/2013 pelas 20:15 horas.-----

Caso a nossa proposta não seja aceite, gostaríamos de pedir para ouvir o Dr.º Jaime e a Dr.ª Conceição, responsáveis por esta situação, sobre este assunto.” -----

João Manata que disse que os documentos eram curtos mas, a realização de uma assembleia municipal extraordinária aumentaria a despesa. Por outro lado, deixou claro que o grupo da CDU, fosse o assunto hoje discutido ou não, votaria favoravelmente a manutenção da empresa embora, fossem desde o princípio contra a formação dela e acharem que se deveria tentar por todos os meios que a empresa voltasse à barriga da mãe, ou seja, que fosse para a Câmara Municipal, salvaguardando os postos de trabalho que, acima de tudo, eram o mais importante. Neste momento, darem uma machadada na Empresa Municipal teria consequências muito graves para o concelho do Sabugal. -----

Manuel Joaquim que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, começou por agradecer a solidariedade que lhe tinha sido expressa no âmbito do RaiHotel. Relativamente à Empresa Municipal, concordava com a intervenção de João Manata. Os políticos do PSD e do PS tinham gasto uma legislatura a discutir a Empresa Municipal, não se tendo discutido o concelho em si. Não se discutiram as atividades económicas. Como é que a Câmara Municipal poderia colaborar no crescimento do concelho do Sabugal? E, passou-se a legislatura toda com uma guerra de “*alecrim e manjerona*”. No seu entender, o que importava para os Sabugalenses eram os serviços prestados, independentemente de serem realizados por uma Empresa Municipal ou pela Câmara Municipal. Para si, a diferença é que na Empresa Municipal poderia haver mais uma administração, mais uns lugares políticos, porque o serviço que a empresa fazia poderia ser feito pela Câmara Municipal. Concluindo, disse que se a Empresa Municipal fechasse não iria haver prejuízo para o concelho e para as populações do concelho.-----

Antes de passar a palavra a José Robalo, o **Presidente da Assembleia** chamou a atenção de que o que se estava a discutir era se haveria ou não condições para a continuação da discussão deste ponto. Havia uma proposta feita por Nuno Teixeira, no sentido de, não havendo por parte dos membros, condições para a discussão deste assunto, que fosse agendada uma sessão extraordinária, a realizar na próxima semana. -----





Continuando, deu a palavra a **José Robalo** que perguntou se, em termos logísticos, tinham esse tempo, ou seja, se ainda iriam a tempo de salvar a Empresa Municipal, agendando a sessão extraordinária para a próxima sexta-feira. Porque, se houvesse prejuízo em termos de Empresa Municipal não decidindo nada hoje, o adiar a discussão deste ponto nem se colocaria. Em resposta o **Presidente da Assembleia** disse que o prazo para discussão deste ponto, nos termos da lei terminará no dia 28/02/2013. Retomando a palavra, **José Robalo** disse que estava preparado para a discussão deste ponto. -----

Manuel Rito que, tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, disse que “*acho que a empresa tem prestado um bom serviço e que se deve manter. Relativamente a esta situação, disse ter algumas dúvidas que gostaria de aprofundar. Segundo percebi, a câmara propõe manter a empresa em atividade, não sendo essa uma das opções da lei. A lei permite integrá-la, municipalizá-la ou constituir uma nova empresa. Não refere que se pode manter em atividade. Se nós deliberarmos por a manter em atividade, a IGF pode, nos termos da lei, independentemente da comunicação ou não, extingui-la. E, passou o dia 28-02-2013, assim, pergunto se estamos em tempo útil para a internalizar a seguir ou para constituir uma nova empresa? Há alguma garantia de que isso acontece ou, pura e simplesmente, a IGF extinga a empresa e acabou! O senhor Presidente tem alguma garantia de que, se a IGF a extinguir oficiosamente à posteriori, poderá ainda a Câmara socorrer-se dos mecanismos que a lei prevê que sejam aprovados por esta assembleia até 28 de fevereiro?*”. -----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que a informação que lhe tinha sido dada, pela empresa de consultadoria, se a IGF dissolvesse a empresa oficiosamente, a extinção seria reportada ao dia 28 de fevereiro. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula tomou a palavra para dizer que “*sobre este assunto, não posso dizer grande coisa porque não tenho documento algum em meu poder, nem aqui me foi entregue e por correio também não recebi, como parece que ninguém recebeu. Não posso, de qualquer maneira, decidir sim ou não. Isto envolve pessoas e quando envolve pessoas é preciso fazer-se justiça. A solução mais sensata será, de facto, uma sessão da Assembleia extraordinária no dia 27, que é o último dia útil antes do término do prazo. Se há problemas quanto à distribuição dos Correios, a Câmara tem muitos funcionários a quem pode pedir que entreguem os documentos em mão.*” -----

Retomou a palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer que, das informações recolhidas, haveria consenso na sala para que o assunto fosse adiado, sendo discutido em sessão extraordinária, tal como propusera o Sr. Deputado Nuno Teixeira. Assim, foi colocado à votação a marcação de uma sessão extraordinária para discussão e votação deste ponto, para o dia 27/02/2013 pelas 20:15 horas, tendo sido **aprovada**, por maioria, com 36 votos a favor. Foram feitas as seguintes **declarações de voto**:----





Nuno Teixeira que disse “*quero apenas lamentar que, passados 6 meses para que este assunto pudesse ser resolvido, estando a meia dúzia de dias do termo do prazo, os trabalhadores da Empresa Municipal ainda não saibam qual o seu futuro. Foram gastos trinta mil euros para absolutamente nada. Relativamente à questão que foi aqui colocada, no que diz respeito às despesas com a assembleia extraordinária, apenas quero dizer que o futuro dos trabalhadores não tem preço*”. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia de St.º António para dizer que “*sugeria que a próxima assembleia não fosse remunerada.*” -----

O **Presidente da Assembleia** disse que, relativamente a este ponto, a discutir na sessão extraordinária, tinha sido recebida na Mesa uma posição entregue pelo Grupo político do CDS que seria agendada para discussão e votação na sessão extraordinária. -----

PONTO 4 – ATIVIDADE MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para dizer que se iria passar à discussão deste ponto, tendo dado a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse que a informação, por escrito, tinha sido distribuída a todos os membros da assembleia, pelo que, se houvesse algum esclarecimento a dar, estava à disposição.-----

Retomando a palavra o **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a:-----

António Gata para, relativamente às estradas de Portugal e ao pagamento de publicidade, dizer que, aquando da introdução de portagens, tinha referido em sessões anteriores que a estrada do Sabugal em direção a Vilar Formoso iria sofrer a curto prazo com o tráfego que passaria a ter de suportar. Ficava, por isso, admirado como é que os senhores da Junta Autónoma de Estradas se preocupavam com as publicidades e não se preocupavam com o estado de degradação em que a estrada estava a ficar. Todas as pessoas do Concelho do Sabugal deveriam começar a pressionar a Junta Autónoma de Estradas para que não se permita que a estrada se torne intransitável. Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que andava em conversações, principalmente com as Estradas de Portugal, nomeadamente pelas travessias de Rendo, Nave, Alfaiates e Aldeia da Ponte. Portanto, havia contactos no sentido de se resolverem os troços por si indicados que, de momento, são os mais degradados. -----

Manuel Joaquim que tomou a palavra para perguntar sobre em que consistia e quais as condições do projeto, constante na Atividade Municipal, para a “Construção de um Parque de Coelho Bravo”. Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que se tratava de um projeto de criação de um centro de



repopoamento cinegético na Colónia Agrícola Martim Rei, tendo o objetivo de, posteriormente, ser lançado nas zonas de caça municipais e também nas associativas, se o puderem fazer. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Maior que tomando a palavra e depois de cumprimentar os presentes, perguntou, relativamente a uma reunião que tinha sido realizada no dia 09 de janeiro com a PT Comunicações, se, durante a mesma, tinha sido abordada a questão das comunicações a Vilar Maior e Termas do Cró. Em resposta, o **Presidente da Câmara** disse que, na sequência de uma sugestão que tinha sido efetuada numa das assembleias municipais anteriores, tinha entrado em contacto com a PT, que lhe apresentara o orçamento para a resolução do problema do Largo, no valor de 1.800,00€, o qual irá ser realizado com a maior brevidade. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Chegado a este ponto, o **Presidente da Assembleia** perguntou se, de entre os munícipes presentes, algum pretendia intervir. Não tendo havido qualquer inscrição e não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a sessão** eram vinte e três horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que foi aprovada em minuta, para resolução imediata das deliberações tomadas, conforme disposto no n.º 3 do art. 92º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro e que vai ser assinada, nos termos da legislação em vigor. -----

O Presidente da Assembleia,


Ramiro Manuel Lopes de Matos

A Assistente Técnica,


Isabel Gonçalves